

ESTADO DE SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA — 9 DE ABRIL DE 1987

ANC

pag 5

Polí

# Devagar, Ulysses perde até controle do PMDB

Esta semana, na segunda-feira, o deputado Ulysses Guimarães atravessou mais uma vez o salão verde da Câmara dos Deputados, indo do elevador para o seu gabinete, hoje transformado em fortaleza, onde só se entra com mapa, senha e boa vontade dos sentinelas. Vinha acompanhado do mesmo séquito de sempre: auxiliares pressurosos, deputados e senadores enlevados com a presença imperial e, à distância, jornalistas. O salão verde estava cheio de parlamentares, a maioria do PMDB. Indiferente aos grupos, mas também ignorado por eles, o veterano parlamentar passou sem um cumprimento, quanto mais uma atenção especial para os companheiros de bancada. "A História segue o seu curso", brincou um peemedebista do Nordeste, completando em seguida: "...para onde, ninguém sabe."

Deve cuidar-se o deputado Ulysses Guimarães. De maneira lenta e gradativa, ameaça fugir de suas mãos o controle do PMDB. Ninguém lhe contesta o direito de ascendência e a condição de patriarca do partido, superior até à de seu presidente. Serviços prestados ao País e à democracia, ninguém os terá em volume igual. No curso não de uma, porém de várias gerações, depois de haver conduzido a resistência, servindo de ariete contra a ditadura, por duas vezes ele abriu mão de uma candidatura natural e óbvia à Presidência da República. Deixou o poder para Tancredo Neves, primeiro, e para José Sarney, depois.

No entanto...no entanto, enclausurou-se. Está hoje fechado numa redoma de vidro envolto por pequena corte que, a pretexto de poupá-lo, pedala-lhe a luz que vem de fora. Deixou-se empolgar, também, por sistemas de comunicação que sempre o ignoraram. Daqueles que, assim como vêm, vão de novo.

A Presidência da República sempre será uma consequência, ora de méritos pessoais, ora de fatores conjugados, muitas vezes de ansetos palpáveis da maioria da Nação. Mas em nenhum momento será a resultante de direitos adquiridos que, em política, inexistem. Muito menos de equações matemáticas. Para tor-

nar-se o sucessor de Sarney, Ulysses Guimarães necessita estar à frente do processo permanentemente dinâmico em que se encontra o seu partido, mal ou bem, o maior representante da sociedade. Deve remar com a corrente e colocar-se a favor do vento. Permanecendo estático, ou pretendendo moldar rotas e roteiros, arrisca-se a ser ultrapassado. Ou a aportar na ilha dos ciclones e não poder sair dela, ao contrário do homônimo da mitologia.

Aí está o episódio da ascensão de Mário Covas à liderança do partido na Assembleia Nacional Constituinte, exemplo claro do que se diz. O ex-prefeito de São Paulo não procurou, como Ulysses, amoldar o PMDB ao Palácio do Planalto, ainda que em nenhum momento se tenha apresentado como o anti-Sarney. Simplesmente sonda, ouve e só depois traça a estratégia para cada ação. O presidente do PMDB, ao contrário, agarra-se na âncora, que pode ter sido muito bem lançada ontem, mas hoje não serve mais para assegurar a estabilidade de suas bancadas. Resultado: a liderança de Covas cresce, inclusive na expectativa de vir a se constituir em opção presidencial, enquanto a de Ulysses, se não cai, ao menos se mantém estática. Imperial, para dizer melhor.

Ulysses e sua corte insistem em que a sorte do partido, do governo e do País liga-se ao êxito e, portanto, à permanência de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda. Aceita, até, o raciocínio fantasioso de que o ministro executa a política peemedebista, definida em mil documentos e programas anteriores. Só se for agora, porque na maior parte de sua trajetória, desde agosto de 1985, Funaro fez ouvidos moucos ao partido. Mesmo quando da instalação da Assembleia Nacional Constituinte e nas semanas que se seguiram, foram muitas as reclamações dos novos parlamentares a respeito do desprezo que o ministro da Fazenda dedicava à maior base parlamentar do governo. Os constituintes não eram recebidos, não eram informados e, no fim, deviam defender e sustentar a política oficial, bombardeada por

todos os lados. Um vice-líder, o deputado Joacy Goes, da Bahia, chegou a discursar nesse sentido, pedindo que Funaro dedicasse algumas horas por semana a conversar com as bancadas, sem fazer discurso, ouvindo e informando. Disso resultou o algumas vezes adiado mas afinal concretizado comparecimento do ministro ao partido, há uma semana. Ele foi friamente recebido, monologou, apresentou a realidade nacional sob óculos de Pangloss e respondeu a algumas questões. Só que em meio a mais de 200 deputados e senadores contrangidos e sem poder entrar no âmago de suas dúvidas.

O engajamento do PMDB na política de Dilson Funaro é uma exigência de Ulysses Guimarães e de seus amigos mais chegados. Serve aos interesses do presidente José Sarney e vem sendo visto como o mecanismo capaz de levar o presidente do partido a uma candidatura oficial, apoiada pelo Palácio do Planalto e tida como continuidade da Nova República. Só que, dia a dia, diminuem os contingentes peemedebistas dóceis a essa operação. A política de Dilson Funaro não exprime a doutrina do PMDB. Só com meia-sola. Sequer a moratória — decretada por falta de fundos e não como decisão de Estado — enquadra-se nos postulados da maior legenda nacional. Fosse assim e teria sido adotada faz muito, quem sabe quando do lançamento do Plano Cruzado I.

Alguns maliciosos dizem que o presidente Sarney pretende exatamente isso, ou seja, queimar dois coelhos numa fogueira só. Ele nega, recusa o patrocínio de Maguinel, mas o efeito será o mesmo. Não para o PMDB como um todo, mas para Ulysses Guimarães e sua corte. Por que — e é por aqui que o parlamentar paulista deve começar a alinhar suas preocupações — boa parte da legenda já se apercebeu disso e refletiu para terreno menos pantanoso. Na hora do desfecho, a direção do PMDB poderá ficar sozinha, ou quase. Com a massa do outro lado, identificando-se nela um líder de real sensibilidade: Mário Covas.